

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Antes de encerrar a presente sessão, quero agradecer e cumprimentar o vice-prefeito de Cotia, Moisés Cabrera, que está presente aqui hoje acompanhado do deputado Márcio Camargo, que também teve a honra de nos prestigiar inclusive na votação deste importante projeto desta Casa de leis.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, da XIV Consolidação do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término da presente sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

- NR - A Ordem do Dia para a 52ª Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 04/09/15.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, lembra V. Exas. da sessão ordinária de amanhã, à hora regimental..

Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 21 minutos.

3 DE SETEMBRO DE 2015 52ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: FERNANDO CAPEZ

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Abre a sessão. Encerra a discussão, coloca em votação e declara rejeitado o PL 516/04, e mantido o veto. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 391/06, e rejeitado o veto. Encerra a discussão, coloca em votação e declara rejeitados os PL 406/08; e PL 315/09, e mantidos os respectivos vetos. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 720/10, e rejeitado o veto. Encerra a discussão, coloca em votação e declara rejeitado o PL 499/11, e mantido o veto. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 554/11, e rejeitado o veto. Encerra a discussão, coloca em votação e declara rejeitado o PL 581/11, e mantido o veto. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovados os PL 915/13; PL 206/14; PL 709/14; e PL 842/14, e rejeitados os respectivos vetos. Convoca reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação para 04/09, às 15 horas, para realizar a redação final do PL 1126/15.

2 - LUIZ FERNANDO

Informa que a bancada do PT encaminhará declaração de voto à publicação das proposições ora votadas.

3 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Afirma que buscará entendimento com a bancada do Partido dos Trabalhadores para que mais proposições vetadas sejam objeto de deliberação. Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Presidente Fernando Capez.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputados e Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Proposições em Regime de Urgência.

Item 1 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 516, de 2004, (Autógrafo nº 29756), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Inclui a disciplina toxicologia clínica nas faculdades públicas de Medicina do estado.Parecer nº 802, de 2012, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 2 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 391, de 2006, (Autógrafo nº 27125), vetado totalmente, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dá a denominação de “José Francisco Júnior - Zê do Skinão” ao prédio onde se encontra instalado o Poupatempo, em Baurur. Pareceres nºs 411 e 412, de 2007, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Administração Pública, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis à rejeição do veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o veto e aprovado o projeto.

Item 3 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 406, de 2008, (Autógrafo nº 29053), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Giriboni. Torna obrigatória a inserção em todos os recipientes de bebidas alcoólicas de advertência sobre o perigo de ingestão de álcool por mulheres durante o período de gestação. Pareceres nºs 1538 e 1539, de 2010, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Saúde, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 4 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 315, de 2009, (Autógrafo nº 29697), vetado parcialmente, de autoria do deputado Reinaldo Alguz. Torna obrigatório o uso de asfalto enriquecido com borracha da reciclagem de pneus inservíveis na conservação das estradas estaduais. Parecer nº 253, de 2012, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 5 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 720, de 2010, (Autógrafo nº 29526), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Giriboni. Dá a denominação de “João Antonio de Oliveira (João Soldado)” à Delegacia de Polícia de Pratânia, naquele Município. Pareceres nºs 1550 e 1551, de 2011, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e Redação e de Segurança Pública, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis à rejeição do veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o veto e aprovado o projeto.

Item 6 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 499, de 2011, (Autógrafo nº 30458), vetado totalmente, de autoria do deputado Ulysses Tassinari. Institui o Programa de Transferência de Recursos Financeiros do Fundo Estadual de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde para municípios com população de até 150 mil habitantes e que estejam classificados nos grupos 3, 4 e 5 do Índice Paulista de Responsabilidade Social - IRPS. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 7 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 554, de 2011, (Autógrafo nº 31152), vetado totalmente, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de “Pastor João Carlos Padilha de Siqueira” à Escola Estadual Jardim Santa Mônica, em Presidente Prudente. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis à rejeição do veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o veto e aprovado o projeto.

Item 8 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 581, de 2011, (Autógrafo nº 30194), vetado totalmente, de autoria do deputado Dilmo dos Santos. Cria o selo de segurança para a comercialização de gás liquefeito de petróleo (GLP). (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 9 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 915, de 2013, (Autógrafo nº 30775), vetado totalmente, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de “Prof.ª Zilda Halben Guerra” ao prédio da Fábrica de Cultura Parque instalada no Complexo Parque Belém, na Capital. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis à rejeição do veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o veto e aprovado o projeto.

Item 10 - Veto- Discussão e votação - Projeto de lei nº 206, de 2014, (Autógrafo nº 30786), vetado totalmente, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Dá a denominação de “Professora Maria Carmem Codo Jacomini” à Escola Estadual do Bairro Jardim Parque Jequitibás, em Santa Gertrudes. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis à rejeição do veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o veto e aprovado o projeto.

Item 11 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 709, de 2014, (Autógrafo nº 31164), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dá a denominação de “Antonio Alonso Fatini” ao Posto Fiscal do município de Votuporanga. Parecer nº 867, de 2015, da reunião conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Administração Pública, favorável. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis à rejeição do veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o veto e aprovado o projeto.

Item 12 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 842, de 2014, (Autógrafo nº 31163), vetado totalmente, de autoria do deputado José Bittencourt. Dá a denominação de “José Cicote” ao Poupatempo de Santo André. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis à rejeição do veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o veto e aprovado o projeto.

Antes de dar por encerrados os nossos trabalhos, esta Presidência convoca reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Redação a realizar-se amanhã, às 15 horas, com a finalidade de apreciar, em Regime de Urgência, o PLC nº 1126, de 2015, de autoria da Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Sr. Presidente, a bancada do PT irá apresentar oportunamente declaração de voto, porque ela normalmente se posiciona contrariamente aos vetos do governador e a favor dos projetos de deputados.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presidência registra a manifestação de Vossa Excelência e lembra que, com o líder do seu partido, pretende fazer uma visita à reunião das bancadas, na próxima semana, para discutirmos a questão de mais vetos a projetos apresentados pela sua e pelas demais bancadas.

Esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, lembra V. Exas. da sessão ordinária de amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 41 minutos.

4 DE SETEMBRO DE 2015 95ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO e CARLOS GIANNAZI
Secretário: CARLOS GIANNAZI

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão. Parabeniza a cidade de Santa Rosa de Viterbo pelo seu aniversário.

2 - CARLOS GIANNAZI

Denuncia o sucateamento do Hospital do Servidor Público estadual, que, a seu ver, é decorrente da falta de investimentos do Governo do Estado. Menciona haver indícios de superfaturamento de obras e compras do hospital. Destaca a necessidade de apuração de irregularidades.

3 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

4 - JOOJI HATO

Cita projeto de lei, de sua autoria, que regulamenta o fechamento de ruas sem saída. Considera que a medida visa aumentar o controle da entrada e saída de pessoas nessas locais. Pede apoio a seus pares para aprovação da matéria. Comenta a importância de projeto de lei que dispõe sobre a instalação de câmeras de vigilância e detectores de metais em repartições públicas no Estado.

5 - CARLOS NEDER

Critica decreto do Governo do Estado que veda a contratação de novos funcionários públicos estaduais. Alerta que concursos públicos são insuficientes para repor servidores já há algum tempo. Tece considerações sobre a queda do PIB do estado de São Paulo. Acrescenta que o problema econômico estadual antecede a crise atual do País.

6 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

7 - CARLOS GIANNAZI

Faz coro às palavras do deputado Carlos Neder em relação ao decreto do governador Geraldo Alckmin que proíbe a contratação de novos servidores estaduais. Menciona problemas de defasagem de servidores nas áreas de Educação, Segurança Pública e Saúde. Crítica a forma como o Governo faz o ajuste fiscal.

8 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

9 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Defere o pedido. Transmite condolências à família de Mariana Livinalli Rodriguez, vítima de acidente em ciclovia na cidade de São Paulo. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 8/9, à hora regimental, com ordem do dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Carlos Giannazi para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar o aniversário da cidade de Santa Rosa de Viterbo. Parabéns a todos os cidadãos. Esta Presidência deseja muito sucesso, felicidade e desenvolvimento, e que os municípes comemorem este dia com muita alegria e segurança. Contem sempre com esta Assembleia Legislativa.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Roberto Engler. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público aqui presente, telespectadores da TV Assembleia, venho a esta tribuna para denunciar mais uma vez o abandono e o sucateamento do Hospital do Servidor Público Estadual, o nosso lamspe.

Ele está totalmente abandonado pelo poder público, pelo governo Geraldo Alckmin, pelo governo estadual. Primeira-mente, temos que registrar que o governo estadual não dá sua contrapartida patronal da contribuição para o financiamento dos servidores estaduais na área da Saúde. Enquanto há um desconto no holerite de todos os servidores do estado de São Paulo - principalmente os de um setor que nós acompanhamos muito, que é a Educação -, o governo, por sua vez, não paga a contrapartida, não contribui com os dois por cento.

Então, o Hospital do Servidor Público fica sempre refém de um financiamento que nunca vem do estado. Quando aprovamos aqui alguma emenda no Orçamento, há algum tipo de aporte orçamentário, mas não há nenhuma obrigação do governo. Não conseguimos instituir esse tipo de procedimento, essa obrigação, por meio de uma legislação.

Então, o estado tem se tornado omissão e totalmente distante do financiamento da Saúde dos seus próprios servidores, que estão vivendo uma situação difícil no hospital. O lamspe sempre foi um hospital de ponta, com bons médicos e funcionários sérios, mas, por conta do sucateamento, da falta de financiamento e estrutura material e humana e da falta de funcionários, medicamentos e aparelhos, o hospital está sendo praticamente destruído.

Temos feito visitas e diligências ao hospital. Conversamos com os funcionários e, sobretudo, com os usuários, que reclamam o tempo todo dessa falta de estrutura, material e medicamento.

A situação lá é tão grave que criamos, no nosso mandato, uma espécie de disque-denúncia contra o mau atendimento no lamspe. Estamos recebendo inúmeras reclamações, que estão sendo encaminhadas para o Ministério Público Estadual, a fim de que seja aberto um inquérito civil e de que haja uma apuração dessas irregularidades: mau atendimento, falta de estrutura e falta de investimento no hospital. Estamos também encaminhando as mesmas denúncias para a Organização Mundial da Saúde, para que ela saiba como o governador trata seus servidores. Sr. Presidente, V. Exa. que é médico, imagine como o governador trata a população se trata assim os servidores. A gravidade do que vem acontecendo é muito grande. Recebemos essa semana um dossiê, feito por associações de funcionários do lamspe, com várias denúncias. Associações de funcionários, médicos e enfermeiros que conjuntamente elaboraram um dossiê com várias denúncias gravíssimas.

Há uma reforma que já está sendo feita há muito tempo, mas não terminou, pois foi muito mal planejada, apesar de todos os alertas dessas três associações à superintendência e ao governo. Temos um dado tenebroso mostrando que, por conta dessa incompetência, estamos com 10 mil cirurgias atrasadas no lamspe. Ou seja, 10 mil servidores do estado de São Paulo estão na fila de espera por uma cirurgia. Isso sem contar as consultas que estão atrasadas. Ainda por cima, faltam remédios e há atraso nos agendamentos para exames. Enfim, é uma situação de calamidade pública.

Encaminharemos esse dossiê ao MP para que tenha mais elementos para investigar essa leviandade, essa irresponsabilidade do governo. E vamos acionar agora o Tribunal de Contas do São Paulo, encaminhando esse dossiê e outras denúncias, justamente para que haja uma profunda investigação, porque temos indícios gravíssimos de superfaturamento da reforma e da compra de materiais. O TCE e o MP têm que investigar urgentemente essas denúncias que estamos fazendo em relação ao abandono do lamspe pelo governo. O hospital, que está sucateado e degradado, só consegue dar algum tipo de atendimento digno à população por conta do trabalho dos médicos e funcionários, que, mesmo sob as condições mais precárias do mundo, conseguem ainda atender com dignidade. Mas o hospital está com 220 leitos fechados por conta da reforma mal planejada e atrasada. A situação lá é de abandono, porque o governo estadual não investe na saúde dos próprios servidores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rafael Silva. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim.

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Afonso Lobato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Caio França. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos que nos acompanham pelas galerias, venho mais uma vez a esta tribuna preocupado com a qualidade de vida em nossa cidade.

Fui vereador durante 28 anos, junto com o nobre deputado Carlos Neder e com o nobre deputado Carlos Giannazi. Sempre estivemos preocupados com a segurança da cidade. Uma das preocupações que eu ainda tenho é em relação às ruas sem saída, sendo que um projeto de lei sobre o tema tramita nesta Casa.

Essas ruas sem saída são ruas nas quais os moradores se ajudam, em um clima de insegurança no qual vivemos em uma cidade tão insegura. Não é só a cidade de São Paulo, as cidades do interior também têm esse tipo de problema. No ABC, em qualquer lugar em que vamos sempre existe essa preocupação. Existem várias ruas sem saída. Só em São Paulo, há 1500 ruas sem saída que merecem um tratamento e merecem nosso respeito. Precisamos ajudar na organização dessas ruas.

Quando os moradores de uma rua sem saída tentam administrar, colocando uma guarita, são gerados empregos e isso dá uma sensação de segurança, mas isso ainda não foi regulamentado.

A cidade de São Paulo discute isso na Câmara Municipal. Já fiz um apelo aos nobres vereadores para que liberem essas ruas sem saída, para que seja possível, com um abaixo-assinado do qual participaram mais do que 95% dos moradores de uma rua, a colocação de uma guarita, uma segurança para controlar a entrada e saída de pessoas nesse local.

Conheço ruas sem saída que servem até para desova de carros roubados. Aqui em Diadema, por exemplo, em uma travessa da Rua José Berto, ocorre a desova de carros. O sujeito rouba, entra na rua sem saída, espera esfriar o processo do assalto e depois vem buscar. São realizadas trapaças, furtos e delitos nessas ruas também.

Gostaria que os nobres pares nos ajudassem, para que pudéssemos colocar à disposição de todo o estado de São Paulo a utilização de ruas sem saída como condomínios. Vejam, por exemplo, os prédios. Nos prédios você não pode entrar. Estranho. Eles têm um porteiro que controla a entrada e saída.

As ruas sem saída podem ser da mesma forma. Se é permitida a fiscalização da entrada e saída dos prédios, porque não permitir o controle de quem entra e sai das ruas sem saída?

Esse é o pedido que fazemos. É um pedido simples, mas que vai ajudar muito a diminuirmos a violência, os assaltos e tantas coisas que acontecem nessas ruas. Sempre vejo moradores dessas ruas pedindo, às vezes até suplicando, para que possamos aprovar esse projeto com urgência. O prefeito Haddad talvez libere das 22 horas até as 6 horas da manhã, mas o pedido deste deputado é que, não somente na cidade de São Paulo, mas também em outras cidades, seja liberado o controle dos moradores desses becos sem saída em tempo integral.

Hoje, mesmo durante o dia, temos assaltos, invasões, estupros, até desova de carros roubados. Portanto, quero dizer que conto com todos os deputados desta Casa, pois queremos acelerar esse projeto. Fui vereador durante 28 anos na Câmara Municipal de São Paulo e não conseguí aprovar essa lei. Agora, aqui na Assembleia Legislativa, talvez consigamos aprovar essa lei não somente para São Paulo, mas para todas as cidades do estado.

Conseguimos isso com outras leis, como a da colocação de câmeras em locais estratégicos em que tenha havido incidência de delitos, estupros, assaltos, assassinos. O governador Geraldo Alckmin sancionou essa lei, e espero que possamos aprovar também o mais rapidamente possível a colocação de detectores de metais em repartições públicas, para que possamos ajudar no controle das armas roubadas e contrabandeadas que infelicitam tantas vidas.

A Assembleia Legislativa tem uma função muito importante, embora não pareça. Esta Casa deu uma ajuda muito grande para a Secretaria de Segurança Pública, por exemplo, no controle dos desmanches, pois os desmanches clandestinos são um incentivo a assaltos e latrocínios.

Portanto, nobre deputado Carlos Giannazi, precisamos, sim, fortalecer a Educação, como V. Exa. sempre tem dito nesta Casa, e também a cultura e os esportes, para que nossos jovens trilhem o caminho do bem. Precisamos fazer blitz de desarmamento, precisamos aplicar as leis, muitas das quais eu aprovei, como a lei seca, para que possamos diminuir o consumo excessivo de bebidas alcoólicas.

Encerro meu pronunciamento dizendo que teremos um congresso em Campos do Jordão sobre alcoolismo. A presidente da Abeat esteve nesta Casa e convidou a Frente Parlamentar Anticrack e outras Drogas para esse congresso, que ocorrerá no dia 23 de setembro. Estaremos lá, e desejo à Abeat e a toda comissão organização desse evento muito sucesso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER - PT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Alesp, o governador Geraldo Alckmin decidiu não mais nomear aprovados em concursos públicos, mesmo nos casos em que os concursos sejam para atender áreas estratégicas, fundamentais. A partir de agora, somente uma autorização do próprio governador permitirá que remanescentes de concursos públicos possam ser chamados.

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

Como justificativa, o governador atribui essa decisão ao cenário econômico nacional, que estaria a exigir medidas restritivas no âmbito da administração pública estadual. Em decorrência, editou o Decreto nº 61466, de 2 de setembro. Entretanto, o governador não aborda aspectos importantes que são trazidos ao debate, por exemplo, pelo jornal “O Estado de S. Paulo”.

O jornal "O Estado de S.Paulo", deste dia 4 de setembro, com o título "Arrecadação cai e Alckmin decide congelar as contratações do governo", mostra, em um box, que os investimentos cairam 37,5% no estado de São Paulo e que este não é um fenômeno momentâneo. Na verdade, temos uma perda progressiva de participação do estado de São Paulo no Produto Interno Bruto nacional e informa-se nessa matéria que em São Paulo 32% dos cargos estaduais existentes estão vagos neste momento.

Coordenando a Frente em Defesa dos Institutos Públicos de Pesquisa e das Fundações Públicas no Estado de São Paulo já alertamos desta tribuna que este fenômeno vem se estendendo há muitos anos. Que em média o estado de São Paulo vem fazendo concursos a cada dez anos e que não estão sendo suficientes para repor quadros especializados, que estão sendo exonerados ou que estão saindo da administração pública estadual.

Gostaria de fazer referência a um estudo desenvolvido em São Paulo, divulgado recentemente em uma matéria publicada no Viomundo, com o seguinte título: 'PIB do estado de São Paulo puxa o Brasil para baixo; a locomotiva já era.' Esta é uma matéria publicada no dia 30 de maio.